

Boletim

**ENCCLA**

**Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**

**Nº 18 – setembro/2015**

Faltam pouco mais de dois meses para a próxima Reunião Plenária da Enccla, que ocorrerá de 23 a 27 de novembro, em Fortaleza-CE. É tempo de fechar os relatórios conclusivos das ações de 2015 e coletar as propostas para as ações de 2016, que serão discutidas com o grupo e chanceladas em novembro. No último dia 27 de agosto, durante a segunda reunião do Gabinete de Gestão Integrada – GGI, além do acompanhamento e diversas deliberações das ações em curso, ficaram definidas as datas dos dois encontros de planejamento das ações para a Enccla 2016: a primeira em 17 de setembro e a segunda em seis de outubro, sendo o período da manhã e tarde divididos para tratar separadamente dos assuntos da prevenção e combate à corrupção e lavagem de dinheiro.

Como ocorre todo ano, esses grupos de trabalho são formados para discutir e dar forma às propostas trazidas pelas órgãos. As reuniões servem para pensar o escopo da matéria, tentar definir quais objetivos se pretendem alcançar e que produtos serão possíveis entregar. Dessa forma, as propostas chegam mais bem delimitadas antes de serem discutidas e aprovadas na Plenária.

Quanto às ações de 2015, destaca-se a recente minuta de instrução normativa proposta como um dos produtos da Ação 12 - *Aprimorar os mecanismos administrativos de verificação na constituição de pessoas jurídicas, a fim de evitar registros falsos ou objetos sociais genéricos, bem como aperfeiçoar as medidas correcionais para evitar o desvio de finalidade*, dispondo sobre procedimento a ser adotado pelas Juntas Comerciais para cumprimento das recomendações desenvolvidas no âmbito da Enccla.

Secretaria Executiva



## Curtas

### Calendário de reuniões da ENCCLA

**9/set – 4ª Reunião da Ação 6.** Coordenador: TCU. Participam: ADPF, AGU, Ajufe, AGU, Anape, Atricon, CADE, CGU, CVM, DPF, GNCOC, MD, MPF, MPRS, Rede Lab, RFB. Local: TCU, 14h30.

**15/set – 6ª Reunião da Ação 3.** Coordenador: CGU. Participam: Ajufe, ANPR, BB, CADE, Caixa, Câmara dos Deputados, CGM-SP, CGU, CNMP, COAF, CVM, Febraban, FPCC-RS, MD, MPF, MPRJ, PGFN, RFB, SRJ/MJ e TCU. Local: DRCI, 9h30.

**16/set – 4ª Reunião da Ação 12.** Coordenador: DREI/SMPE. Participam: AGU, Ajufe, Bacen, CADE, CGU, CNMP, Febraban, FoccoSP, MPPI, MPPB, MPS, MPRS, MPSP, RFB, Susep e TCU. Local: DRCI, 9h30.

**17/set – 1ª reunião preparatória para a ENCCLA 2016.** Coordenador: DRCI. Participam: Todos órgãos participantes da ENCCLA. Local: DRCI, 9h30.

**22/set - 6ª Reunião da Ação 8.** Coordenador: RFB e CVM. Participam: AGU, Ajufe, Bacen, BB, Caixa, DPF, Febraban, MPF, MRE, PGFN e Susep. Local: BCB, 9h30

### Ações Enccla 2015

# Matérias

## AMB – Associação dos Magistrados Brasileiros

### **Reunião da Enccla trata da lei de Transparência**

19/08/2015 - Nesta semana, aconteceu em Brasília a 5ª Reunião da Ação 4 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla). A ação tem o propósito de estabelecer uma estratégia articulada de fomento, monitoramento e cobrança do cumprimento da Lei nº 12.527/2011, em relação à transparência ativa e passiva.

A AMB integra o grupo de trabalho e foi representada na reunião pelo magistrado pernambucano Gleydson Lima. “Nos encontros, buscamos definir mecanismos para dar efetividade à Lei da Transparência”, disse Gleydson. O juiz ainda ressaltou que o Poder Judiciário está muito avançado neste ponto em relação aos demais órgãos.

#### *Enccla*

A AMB também faz parte de outras ações da Enccla. Veja abaixo quais são e seus objetivos.

Ação 2 - Elaborar diagnóstico sobre o sigilo fiscal e os seus efeitos na efetividade das ações de combate à corrupção e à lavagem de dinheiro;

Ação 5 – Mapear as iniciativas de identificação civil existentes no Brasil com o fim de atuar junto aos órgãos responsáveis pelo Projeto Registro de Identificação Civil – RIC, visando fomentar a sua implementação;

Ação 9 – Definir medidas para o cumprimento das novas recomendações do GAFI/FATF;

Ação 10 – Elaborar diagnóstico sobre o procedimento de congelamento de bens, direitos e valores vinculados a pessoas listadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas – CSNU, com vistas à definição de diretrizes, difusão das boas práticas e adoção de medidas normativas necessárias ao cumprimento das Recomendações 6 e 7 do GAFI/FATF;

Ação 11 – Identificar mecanismos que possibilitem maior efetividade dos órgãos de fiscalização, controle e persecução penal nas ações de prevenção e combate à lavagem de dinheiro por meio do comércio internacional;

Ação 15 – Elaborar metodologia para sistematização de coleta permanente de dados dos tribunais nos casos de corrupção, lavagem de dinheiro e improbidade administrativa.

## AJUFE – Associação dos Juizes Federais do Brasil

### **Audiência no Senado sobre projeto da Ajufe para combater a impunidade e aumentar a efetividade da justiça criminal**

09/09/2015 - A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal realizou, nesta quarta-feira (09), uma audiência pública a respeito do projeto de lei sugerido pela Ajufe para diminuir a impunidade e aumentar a efetividade da justiça criminal brasileira (PLS 402/2015). O presidente da Ajufe, Antônio César Bocheneck, e o juiz federal Sérgio Moro participaram dos debates.

O objetivo da proposta, subscrita pelos senadores Roberto Requião (PMDB-PR), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Álvaro Dias (PSDB-PR), entre outros, é alterar o Código de Processo Penal para conferir maior eficácia à condenação criminal proferida por um tribunal de apelação ou pelo tribunal do júri, mesmo que sujeita a recursos.

O relator da matéria, senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), já ofereceu parecer favorável ao texto, que ainda será votado pela CCJ.

## *Moro cita exemplos dos Estados Unidos e da França*

Primeiro a ocupar a palavra, o juiz federal Sérgio Moro fez um relato de casos julgados por ele desde 2002, quando assumiu uma vara criminal em Curitiba. De acordo com o magistrado, vários desses processos não chegaram ao fim, por causa da morosidade do sistema judicial processual.

“Muitas vezes, a prova de um crime é muito forte; nós proferimos o juízo condenatório, mas, não vemos o final do processo por conta de duas situações: uma prodigalidade, devido ao grande número de recursos no nosso sistema processual, e a compreensão de que a punição, a execução da pena, só pode ocorrer a partir do trânsito em julgado”, declarou Moro.

O juiz citou o caso do Banco do Estado do Paraná, que teve ex-dirigentes condenados por “fraudes bilionárias”. A sentença em 1º grau foi dada em 2004, o Tribunal Regional Federal da 4ª região (TRF-4) manteve a decisão, assim como o Superior Tribunal de Justiça (STJ). “Mas, ainda tramitam, nesse caso, recursos incabíveis no STF há mais de um ano”.

Outro exemplo referido por Sérgio Moro foi o do jornalista Pimenta Neves, que, apesar de homicida confesso, demorou mais de 10 anos para receber a devida punição. “Isso é ilustrativo de que algo está errado com o nosso sistema de justiça criminal”.

Moro lembrou ainda o fato de que a proposta da Ajufe foi concebida no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), com a participação de representantes tanto do Executivo, quando do Legislativo e do Ministério Público.

O magistrado ressaltou que o projeto prevê a possibilidade de o tribunal superior suspender a execução da pena sempre que presentes elementos de plausibilidade do recurso interposto. “O erro é que a mera interposição de um recurso, tenha ele substância ou não, suspenda a execução da pena”.

Estatisticamente, de acordo com o magistrado, é ínfimo o número de casos de revisão no mérito das decisões proferidas em 2º grau. “Com a demora, muitos casos acabam em prescrição, por conta da inércia e do decurso do tempo”. Para Moro, a eficiência da justiça criminal está na absolvição do inocente e na condenação do culpado.

Com relação às críticas de que a proposição afrontaria o princípio da presunção da inocência, Sérgio Moro citou o direito comparado com os Estados Unidos e a França, onde a regra é a prisão após a condenação já em 1º grau. “O grande problema do nosso sistema é tornar essa necessidade de esperar o trânsito em julgado sempre uma regra – o que leva a abusos na interposição de recursos. A gente pensa que isso acontece pontualmente, mas, não é assim”, reforçou Moro.

### *Proposta não ofende presunção da inocência*

Em sua fala, o presidente da Ajufe, Antônio César Bochenek, enfatizou a importância do debate para o avanço democrático do país. De acordo com ele, a entidade não tem a pretensão de ser a “dona da verdade”. “A intenção é trazer argumentos importantes ao debate”.

Bochenek citou a “tríade” de problemas enfrentados pelo Judiciário que justificariam a adoção das providências constantes do PLS 402/2015. “A morosidade, os recursos protelatórios e a prescrição são os elementos mais prejudiciais à efetividade da prestação jurisdicional”.

Segundo Bochenek, é preciso encontrar um “equilíbrio” entre os direitos dos acusados, dos ofendidos e da própria sociedade. “Todos têm de ser respeitados. Na nossa proposta, os princípios processuais estão mantidos, seja a ampla defesa, o contraditório, ou o duplo grau de jurisdição”.

## Autoridades de quinze países debatem a luta contra corrupção em seminário internacional

*Controladoria esteve presente e falou sobre transparência, integridade e informações estratégicas*

03/09/2015 - Especialistas e autoridades de combate à corrupção de mais de quinze países estão reunidos, de 31 de agosto a 4 de setembro, em Montevideu, no Uruguai, para participar do seminário “Luta contra a Corrupção nas Administrações Financeiras e Tributárias”. A Controladoria-Geral da União (CGU) está representada pelo Diretor de Pesquisas e Informações Estratégicas, Gilson Libório, e pelo servidor Thiago Smarzaró.

O objetivo do evento é trocar experiências e boas práticas com entidades iberoamericanas sobre temas como prevenção e combate à corrupção, punição e delitos econômicos. O seminário é promovido pela Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo e pelo Instituto de Estudios Fiscales, com a colaboração da Oficina Antifraude de Cataluña.

A Controladoria participou, na terça-feira (1º), da mesa redonda “O delito da corrupção nos ordenamentos latinoamericanos”. Na oportunidade, Smarzaró abordou como tem sido tratada a questão da integridade na Administração Pública brasileira. Foram discutidos assuntos, como: ética, transparência e ferramentas anticorrupção.

O evento também analisou, de forma comparativa, os principais regulamentos e normas internacionais a respeito da luta contra a corrupção, bem como os mecanismos colaborativos em rede para atuar melhor na região. Participaram das discussões mais de trinta funcionários e servidores de administrações financeiras, tributárias e do setor público, além de fiscais e juizes.

Libório participou de uma série de painéis, tanto como moderador como palestrante. O diretor da CGU falou, na quarta-feira (2), de novas tendências de investigação – gestão de dados, ferramentas de tecnologia e metodologias de trabalho. Também foram debatidos temas como análise de dados de registros públicos e gestão de riscos.

Durante palestras e debates, Libório destacou, ainda, o trabalho realizado na Controladoria à frente do Observatório da Despesa Pública (ODP), unidade de inteligência que visa monitorar o gasto público, apoiar ações da CGU e prevenir a corrupção. Por fim, o diretor também coordena, nesta sexta-feira (4), oficina de trabalho sobre regras para prevenir a corrupção.

### **CGU – Controladoria Geral da União**

## **Ministro da CGU apresenta agenda de combate à corrupção em evento nacional de controle interno**

*Ministro da CGU apresenta agenda de combate à corrupção em evento nacional de controle interno*

09/09/2015 - O ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), Valdir Simão, apresentou palestra sobre o papel dos controles internos no combate à corrupção, durante o XI Encontro Nacional de Controle Interno, na manhã desta quarta-feira (9), em Belo Horizonte (MG). O evento tem o objetivo de debater avanços e possibilidades de melhorias no setor público para o fortalecimento da democracia.

Para um público com mais de 800 pessoas, Simão afirmou que a corrupção gera uma série de efeitos negativos na sociedade, como a redução do nível de desenvolvimento humano e do crescimento, além da corrosão da confiança nas instituições públicas. Em paralelo, o ministro também comentou que um ambiente excessivamente burocrático é um fator que pode contribuir para facilitar a ocorrência de atos de corrupção. O controle interno funciona para realizar ajustes e combater esses cenários.

Na oportunidade, Simão também expôs a agenda de combate à corrupção da CGU. Os três alicerces de trabalho da Controladoria são: prevenção, detecção e punição. “A agenda de combate representa o compromisso da CGU no enfrentamento às práticas de corrupção. Ela visa fortalecer o ambiente de controle das instituições e torná-las impermeáveis à corrupção”, destacou Simão.

Segundo o ministro, o pilar da prevenção fortalece o controle e a governança, além de aprimorar a transparência, o controle social e as relações da Administração Pública com os entes privados. Ela é ilustrada a partir de ações como capacitações, Portal da Transparência e edição de guias de integridades para empresas e estatais, além dos programas da CGU Escala Brasil Transparente e Um por Todos, entre outros.

Já a detecção adota técnicas avançadas de auditoria, cruzamento de informações e monitoramento contínuo para identificar e apurar atos de corrupção. O ministro destacou o Programa de Fiscalização em Entes Federativos, criado em 2015, e as 182 operações especiais realizadas com órgãos de controle estaduais, municipais e nacionais desde 2003. “Hoje, temos 101 ações investigativas em andamento. Também formalizamos núcleos de operações especiais em todas Regionais da Controladoria. Isso promove o combate efetivo à corrupção”, destacou Simão.

O último pilar do combate à corrupção, a punição, garante a responsabilização do agente público e busca a recuperação dos recursos desviados. “São mais de cinco mil servidores expulsos, 4.527 empresas declaradas inidôneas ou suspensas e mais de 2.500 entidades privadas impedidas de receber recursos públicos”, disse Simão. O ministro também destacou a regulamentação da Lei Anticorrupção e os 30 processos de responsabilização em andamento com base nessa nova norma.

Promovido pelo Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), o evento ocorre até esta quinta-feira (10) e reúne auditores, controladores e ouvidores de todos os estados brasileiros. Serão discutidos ainda temas como auditoria governamental, transparência, ouvidoria pública, Lei Anticorrupção e controle social.

## **MJ - Ministério da Justiça**

### **Laboratório utiliza tecnologias de combate ao crime para pesquisar direitos humanos**

*Lançado na sexta-feira (14), laboratório da Comissão de Anistia apresentou seu primeiro estudo em evento*

17/08/2015 - Dar auxílio tecnológico a pesquisas quantitativas, constituir um banco de dados público e estimular a produção e a divulgação de conhecimento. São esses os principais objetivos do Laboratório de Tecnologia para Pesquisa em Memória e Direitos Humanos (LAB-MDHCA), lançado na tarde da sexta-feira (14) pela Comissão de Anistia no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça.

Na ocasião, foi divulgada a primeira pesquisa do LAB-MDHCA – que tem como base um conjunto de programas e equipamentos originalmente utilizados no enfrentamento à lavagem de dinheiro. O estudo tem como tema os legados institucionais da ditadura civil-militar sobre a segurança pública no Brasil.

Estiveram no evento os ministros da Justiça, José Eduardo Cardozo, e dos Direitos Humanos, Pepe Vargas; o professor Paulo Abrão, presidente da Comissão de Anistia; o jornalista Paulo Vannuchi, da Comissão Interamericana de Direitos Humanos; o juiz brasileiro Roberto Caldas, da Corte Interamericana de Direitos Humanos; e o jurista espanhol Baltasar Garzón.

“Com o laboratório, o Ministério da Justiça demonstra sua capacidade de inovação e aproveita uma tecnologia de combate ao crime e à lavagem de dinheiro para gerar conhecimento sobre direitos humanos”, frisou o ministro da Justiça. “Esse é um campo fundamental para nós.”

Já Paulo Abrão ressaltou a importância das pesquisas do laboratório para disseminar informações sobre a importância da democracia e dos direitos humanos. “O conhecimento é uma fortaleza para o princípio da não-repetição de violações”, frisou. “E temos uma obrigação nesse sentido, pois a tarefa de resgatar a verdade e a história não se esgota”.

Ao final do evento, Baltasar Garzón – conhecido por ter expedido um mandado de prisão internacional contra o ex-ditador chileno Augusto Pinochet nos anos 1990 – proferiu uma palestra sobre “Democracia e Jurisdição Universal”, que foi seguida por um debate.

Equipamentos – O LAB-MDHCA é composto de três computadores de alta capacidade, além de softwares como o Data Explorer, instrumento de busca; o Microstrategy, que permite a mineração de dados para consolidar bases sobre temas específicos; o Statistical Analysis System, programa de análise estatística; e o IBM-I2, que investiga vínculos entre pessoas, organizações ou fatos.

Os equipamentos serão colocados à disposição de instituições de pesquisa para facilitar investigações referentes aos 74 mil processos de anistia já apresentados à Comissão – entre outros temas de direitos humanos que poderão ser pesquisados. Além disso, o laboratório realizará pesquisas sobre temas relacionados à memória e verdade.

Comissão – Criada em 2001 para reparar violações de direitos humanos cometidas entre 1946 e 1988, a Comissão de Anistia é vinculada ao Ministério da Justiça e composta por 25 conselheiros, a maioria agentes da sociedade civil ou

professores universitários. Até janeiro de 2015, a Comissão havia recebido mais de 74 mil pedidos de anistia, declarando mais de 43 mil pessoas anistiadas políticas, com ou sem reparação econômica.

*Ministério da Justiça*  
*Curta facebook.com/JusticaGovBr*  
*www.justica.gov.br*  
*imprensa@mj.gov.br*  
*(61) 2025-3135/3315*

## **RFB – Receita Federal do Brasil**

### **Receita Federal completa R\$ 2,4 bilhões em autuações junto a envolvidos na maior operação de combate à corrupção já realizada pelo órgão**

28/07/2015 - 60 pessoas jurídicas e 32 pessoas físicas - todas envolvidas direta ou indiretamente com atos ilícitos no âmbito da operação Paraíso Fiscal - foram autuadas

Passados quase quatro anos desde a deflagração da operação Paraíso Fiscal - que se revelou a maior operação de combate à corrupção da história da Corregedoria da Receita Federal - verifica-se que seus resultados são muito significativos.

Durante este período, 60 empresas e 32 pessoas físicas envolvidas com a fraude foram fiscalizadas. Contra elas, foram lavrados autos de infração que somam um valor total de R\$ 2,4 bilhões.

Cerca de R\$ 1 bilhão em bens foram bloqueados para garantir o crédito constituído.

Conforme exposto pelo Superintendente da Receita Federal no Estado de São Paulo, José Guilherme Antunes de Vasconcelos, em 2011, as empresas e pessoas físicas que pagaram mal, efetivamente pagaram duas vezes.

Com relação aos dez servidores envolvidos, foram abertos, contra todos, processos administrativos disciplinares. Seis deles já foram demitidos, dos quais dois estão presos e dois estão foragidos. Foram apreendidos cerca de R\$ 7 milhões e US\$ 3 milhões em espécie. US\$ 2,1 milhões mantidos em contas no exterior foram bloqueados.

A Delegacia da Receita Federal do Brasil em Osasco - unidade onde estavam concentrados quase todos os servidores envolvidos na operação - é, hoje, uma das melhores delegacias da Receita Federal em todo o estado, com um quadro motivado e competente, apresentando excelentes resultados em todas as suas áreas de atuação.

## **STJ – Superior Tribunal de Justiça**

### **Secretário nacional de Justiça destaca papel da transparência no combate à corrupção**

03/09/2015 - “Mudar lei e criar novos tipos penais não são suficientes para enfrentar a corrupção. São necessárias políticas públicas amplas, que envolvam todos os órgãos do poder público e garantam a aplicação dos instrumentos de combate ao crime.”

A afirmação foi feita pelo secretário nacional de Justiça, Beto Vasconcelos, ao participar nesta quinta-feira (3) do Seminário Internacional de Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Crime Organizado, que acontece na sede do Superior Tribunal de Justiça. O painel foi presidido pelo ministro do STJ Rogerio Schietti Cruz.

Para Vasconcelos, o desafio exige transparência, integridade na relação do poder público com a iniciativa privada e tecnologia. “Não podemos ficar reféns de procedimentos de séculos passados. Temos de enfrentar desafios modernos, tanto na produção de conhecimento quanto na de informações para enfrentar o crime organizado”, disse o secretário. E acrescentou: “A transparência que hoje o estado brasileiro tem é significativamente diferente da que havia há 20, 30 anos, e isso muda a relação entre o poder público e a sociedade.”

*Mudança de patamar*

A Secretaria Nacional de Justiça, órgão do Ministério da Justiça, tem algumas de suas principais funções ligadas às políticas de cooperação internacional. Uma dessas atribuições é coordenar ações de combate à lavagem de dinheiro e de recuperação de ativos, assunto que ganhou o noticiário nacional a partir de 2013.

Durante a palestra, Vasconcelos destacou os avanços ocorridos de 2003 a 2015. Segundo ele, o Brasil mudou de patamar no enfrentamento à corrupção e à lavagem de dinheiro.

“Um país acostumado a conduzir suas estruturas públicas, ao longo dos séculos, de maneira hermética e pouco transparente foi capaz de mudar em todos os poderes e esferas de governo o conceito e a concepção de transparência. Isso significou abrir as vísceras do estado ao conhecimento da sociedade”, ressaltou.

#### Prevenção

O secretário apresentou alguns exemplos de políticas implementadas visando à prevenção de desvios: a criação do Portal da Transparência no governo federal, a Lei de Acesso à Informação e a regulamentação do combate ao nepotismo no Poder Executivo.

“Não estamos falando de aumento de pena nem nada, estamos falando de plano de ações de transparência. Todas essas medidas foram tomadas de 2013 para cá na área de prevenção e transparência. Há outras, como o fortalecimento da Polícia Federal, que também transformou o cenário nacional. Em 2003, por exemplo, foram realizadas 18 operações especiais e 271 prisões e medidas coercitivas. Em 2014, esse número subiu para 390 e 3.769, respectivamente”, assinalou.

O ministro Schietti, ao encerrar a apresentação, afirmou que o Brasil está no caminho de uma realidade melhor, com instrumentos normativos que alinham o país às tendências internacionais.

### **PGR – Procuradoria-Geral da República**

## **MPF lança em SP mobilização contra corrupção**

*Campanha busca 1,5 milhão de assinaturas de apoio às mudanças da legislação penal e processual para a efetiva punição de corruptos e a recuperação de recursos públicos desviados*

15/09/2015 - O Ministério Público Federal (MPF) lançou hoje (15), em São Paulo, a campanha de coleta de 1,5 milhão de assinaturas de apoio às dez medidas de combate à corrupção. São iniciativas para tornar mais eficientes o sistema penal e o processual, para a efetiva punição de corruptos e a recuperação dos recursos públicos, afirmou o procurador da República Deltan Dallagnol, coordenador da força-tarefa Lava Jato do MPF, que participou do lançamento, no auditório da Procuradoria da República em São Paulo (PR/SP).

2015 09 15 10medidas1Mesa de abertura do evento que lançou a campanha 10 Medidas em São Paulo

A campanha "10 Medidas contra a corrupção" reflete o momento do MPF, que está aperfeiçoando sua organização interna para combater a corrupção em atendimento a uma demanda da sociedade, disse o procurador-chefe da Procuradoria Regional da República da 3ª Região (PRR3), Pedro Barbosa Pereira Neto, na abertura do evento. Ao mesmo tempo, a mobilização busca o comprometimento da sociedade, pois a iniciativa não pertence apenas ao MPF, mas a toda sociedade, acrescentou.

Integrante do recém-criado Núcleo de Combate à Corrupção (NCC) da PRR3, a procuradora regional da República Elaine Cristina de Sá Proença esclareceu que o NCC ficará responsável pelas investigações de casos onde a autoridade tem prerrogativa do foro no Tribunal Regional Federal (TRF3) e todos casos de improbidade. Criado em agosto, o NCC já cuida de 76 operações. Elaine Proença disse que o Núcleo tem como ênfase, num primeiro momento, aprimorar as parcerias com as instituições de controle e fiscalização.

As procuradoras da República Anamara Osório Silva, chefe da PR/SP, e Karen Kahn manifestaram a esperança de que a mobilização das "10 Medidas" transforme o país. Essa é a expectativa de Dallagnol, que aponta a correlação da impunidade e corrupção. Segundo ele, a punição pelos crimes de corrupção dificilmente ultrapassa a quatro anos de prisão, que termina sendo substituída por penas alternativas.

Em relação ao caso Banestado, no qual se estima a evasão de R\$ 25 bilhões, "apenas uma pessoa foi condenada porque

a defesa perdeu o prazo, o resto está tramitando rumo à prescrição", exemplificou. Outro exemplo citado foi o caso TRT, em que já prescreveram dois crimes do qual o empresário Luiz Estevão é acusado.

"A Lava Jato traz esperança, mas não transforma o país", afirmou Dallagnol ao defender as 10 medidas (conheça a campanha e saiba como apoiar aqui), que, segundo ele, estão assentados em três pilares: prevenção, punição e recuperação satisfatória dos recursos desviados.

2015 09 15 10medidas2Plateia durante o lançamento da campanha, no auditório da Procuradoria da República em São Paulo

A procuradora da República Thaméa Danelon Valiengo ressaltou que até 20 de setembro representantes do NCC da PRR3 e do NCC da PR/SP, juntamente com outros membros do MPF, servidores e estagiários, estarão coletando assinaturas para a campanha na Av. Paulista, em frente ao prédio da Fiesp, onde estará estacionado o Ônibus da Cidadania da Procuradoria da República dos Direitos do Cidadão (PRDC/SP).

Todos poderão ter acesso à íntegra das medidas, às cartas de apoio e à ficha de assinatura no site [www.dezmedidas.mpf.mp.br](http://www.dezmedidas.mpf.mp.br). Qualquer pessoa pode baixar a lista de assinaturas, coletar apoio e entregá-la nas unidades do MPF em São Paulo.

### PGR – Procuradoria-Geral da República

## **Autoridades do Brasil e do Paraguai assinam moção pela criação de normas para cooperação na fronteira**

*Iniciativa busca impulsionar a definição de regras específicas para a cooperação internacional na fronteira, além de maior colaboração entre autoridades brasileiras e paraguaias*

27/08/2015 - Representantes do Ministério Público Brasileiro e Paraguai, da Defensoria Pública Estadual, do Poder Judiciário Brasileiro e Paraguai assinaram na última sexta (21), em Ponta Porã (MS), moção pela criação de um marco normativo de cooperação jurídica e policial com regras específicas para a fronteira. O documento foi firmado durante curso de Cooperação Jurídica Internacional, realizado em Ponta Porã pela Secretaria de Cooperação Internacional da Procuradoria Geral da República.

Proposta pelo Secretário de Cooperação Internacional do Ministério Público Federal (MPF), Vladimir Aras, com imediata acolhida por seu homólogo, o procurador paraguaio Juan Emílio Oviedo, a iniciativa decorre da percepção quanto à necessidade de mecanismos próprios de cooperação jurídica na fronteira. "A moção reflete a preocupação das autoridades de fronteira com a efetividade da persecução penal e a necessidade de garantir meios rápidos para a comunicação de atos processuais que levem à obtenção de provas e a captura de foragidos".

Hoje, os pedidos de cooperação ocorrem de maneira centralizada e burocrática, gerando custos processuais elevados e baixa efetividade da Justiça frente à grande demanda processual fronteiriça. A tradução de todos os pedidos também é obrigatória, mesmo que para idiomas compreensíveis e oficiais do Mercosul, como o Português e o Espanhol.

O documento propõe o contato direto entre autoridades jurídicas, o trabalho em redes de cooperação e em equipes conjuntas de investigação no combate a crimes transnacionais, tais como tráfico de drogas, seres humanos, armas e munições, lavagem de dinheiro, receptação de veículos e uso de documentos falsos.

Com a proposição, autoridades brasileiras e paraguaias esperam que a normatização da cooperação internacional de fronteiras seja o ponto de partida para tornar processos policiais e jurídicos transnacionais mais ágeis. As autoridades que assinaram a moção pedem que a Reunião Especializada de Ministérios Públicos do Mercosul forme grupo de trabalho para elaboração de proposta de regulamentação da cooperação jurídica e policial nas regiões de fronteira.

Confira aqui a íntegra da moção.

O evento - Realizado na faculdade FIP Magsul, na cidade de Ponta Porã, o Curso de Cooperação Jurídica Internacional foi promovido pelo Ministério Público Federal, por meio da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI/PGR) e pela



Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul (PR/MS) e contou com a presença de membros e servidores das cidades de Dourados, Três Lagoas, Campo Grande e Naviraí, além dos membros, servidores e estagiários da PRM de Ponta Porã. De forma inédita também houve a participação de membros, servidores e estagiários do Judiciário estadual e federal, da Defensoria Pública estadual e do Ministério Público estadual, lotados em Ponta Porã, além de acadêmicos da região e integrantes do Ministério Público e do Judiciário do Paraguai.

Na cerimônia de abertura, o procurador-chefe da PR/MS, Pedro Paulo Grubits Gonçalves de Oliveira, ao agradecer a realização do evento, justificou a escolha da cidade de Ponta Porã pela irmandade que a une com a cidade paraguaia de Pedro Juan Caballero, fazendo com que a cooperação jurídica nestas cidades-gêmeas ganhe contornos peculiares que devem ser mais bem analisados.

A diretora-geral da FIP/Magsul, Maria de Fátima Josgrilbert, qualificou o evento na cidade como inédito, apontando o cenário internacional e inusitado da cidade. O secretário de Cooperação Internacional da PGR, Vladimir Aras, mencionou aspectos atuais das ferramentas de recuperação de ativos e frisou a necessidade de novos parâmetros normativos adaptados à realidade de conurbações como a de Ponta Porã.

A palestra de abertura foi realizada pelo assessor da SCI/PGR, Danilo Andreato, que abordou feições práticas da cooperação penal ativa e passiva e transmitiu aos participantes conceitos de cartas rogatórias e auxílio direto, demonstrando, por meio de dados estatísticos, tempo médio de cumprimento dos pedidos de cooperação pelas duas vias. Explicou, ainda, os procedimentos necessários para a autuação de um Procedimento de Cooperação Internacional - PCI, lançado pela SCI em outubro de 2014, e a importância de inclusão no sistema único dos dados relativos aos pedidos.

O secretário de Cooperação Internacional, Vladimir Aras, deu início à sua apresentação citando as fronteiras do estado do Mato Grosso do Sul com o Paraguai e a Bolívia e abordando conceitos práticos e teóricos sobre o processo de extradição no Brasil. Elencou as diversas ordens regionais de detenção e captura, anunciando a posição da Procuradoria Geral da República pela ratificação do Mandado Mercosul de captura. Abordou, ainda, um dos casos de pedido de extradição mais emblemáticos do estado com o Paraguai, o caso "Neneco".

Gilberto Duarte Santos, assistente de projeto do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes abordou as Convenções das Nações Unidas, ressaltando a importância da cooperação direta e mais fluida entre as autoridades competentes, desde que observados os preceitos dos tratados e das convenções multilaterais. Mencionou, durante a sua intervenção, a existência do anteprojeto de lei de cooperação jurídica internacional, o qual contou com a consultoria do escritório das Nações Unidas, o UNODC.

Cooperação na fronteira - O painel sobre cooperação jurídica na fronteira teve enfoque no combate ao tráfico de drogas e contou com as apresentações do procurador da República em Ponta Porã, Ricardo Pael Ardenghi, e do procurador de Pedro Juan Caballero, Oscar Samuel Valdez. O procurador brasileiro abordou o instituto da cooperação internacional na região, cujas particularidades fazem com que exemplos doutrinários de extraterritorialidade da lei penal ganhem novos parâmetros e surjam na fronteira "instrumentos sui generis de cooperação".

Citou dados estatísticos de apreensão de drogas na fronteira e comparou com o número de denúncias apresentadas. Por fim, destacou o fato de as autoridades brasileiras e paraguaias não se conhecerem, mesmo trabalhando tão próximos e com a mesma matéria. O representante paraguaio, por sua vez, explicou como se dá o trabalho do outro lado da fronteira e o contato que eles têm com as polícias brasileiras, salientando que, de fato, falta contato entre os Ministérios Públicos dos dois países.

Sobre o tema cooperação Brasil-Paraguai, o procurador responsável pela área internacional do Ministério Público Paraguaio, Juan Emilio Oviedo, advertiu sobre a conveniência de maior detalhamento de dados de qualificação dos pedidos para maior chances de execução destes e sugeriu o envio prévio dos pedidos por meios eletrônicos. Elencou a comunicação, a coordenação interna e bilateral e a confiança como três elementos fundamentais para o êxito da cooperação internacional.

O representante da autoridade central brasileira, Isalino Giacomet Junior, do Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica do Ministério da Justiça, expressou sua preocupação com a falta de diagnóstico dos problemas de fronteiras, como a demora na execução dos pedidos, e concordou com a necessidade de adoção de uma dinâmica própria. Giacomet apresentou, também, estatísticas com os países de fronteira de acordo com os estados da federação

e apontou o tráfico de drogas e o descaminho como crimes de maior ocorrência nessas regiões.

"A cooperação internacional somente atenderá aos princípios constitucionais da celeridade processual e da efetividade da Justiça quando levar em consideração as peculiaridades da fronteira. A aproximação e o diálogo entre as autoridades dos dois lados da fronteira é urgente, pois enquanto combatermos os crimes transnacionais apenas da fronteira para dentro, estaremos apenas enxugando gelo", destacou o procurador da República brasileiro.

Cooperação Cível - O conselheiro do CNJ Saulo José Casali Bahia, juiz federal da Seção Judiciária da Bahia, tratou da subtração internacional de crianças, que ocorre quando um dos pais retira seu filho do país sem autorização. Comumente chamado de "sequestro internacional de menores", é tema tratado pela Convenção de Haia, cujo objetivo é assegurar o retorno imediato das crianças ilicitamente transferidas para os países que a assinaram. Guilherme Vilela, assessor da SCI, explanou sobre a Convenção de Nova Iorque sobre prestação de alimentos (clique aqui para ler).

Foros Internacionais e Projetos de Cooperação Técnica foram temas da palestra da assessora-chefe da SCI, Georgia Diogo. Foram exibidos os vídeos da Campanha de Combate à Corrupção da Associação Ibero-Americana de Ministérios Públicos (AIAMP), e às 10 medidas contra a corrupção, propostas do MPF que buscam evitar a ocorrência de corrupção.

Para o procurador-chefe da PR/MS, Pedro Paulo Grubits, "o evento foi um marco na história do MPF em Mato Grosso do Sul, com relação à cooperação jurídica internacional, e trará grandes benefícios à atuação ministerial, principalmente nas nossas fronteiras com a Bolívia e o Paraguai".

Durante todo o evento também foram coletadas assinaturas em apoio às Dez Medidas contra a Corrupção propostas pelo MPF e apoiadas pela AIAMP. Para conhecer e aderir à campanha, clique aqui.

Assessoria de Comunicação Social  
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul  
(67) 3312-7265/ 7283  
[www.prms.mpf.mp.br](http://www.prms.mpf.mp.br)  
[PRMS-ascom@mpf.mp.br](mailto:PRMS-ascom@mpf.mp.br)  
[www.twitter.com/mpf\\_ms](http://www.twitter.com/mpf_ms)

## **PGR – Procuradoria-Geral da República**

### **MPF apresenta resultados da Operação Lava Jato à ONU**

*Procuradores participaram de reunião da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção em Viena*

04/09/2015 - Os resultados obtidos pelo Ministério Público Federal na Operação Lava Jato com a recuperação de valores localizados no exterior foram apresentados nesta sexta-feira, 4 de setembro, em reunião de trabalho da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, na sede do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), localizado em Viena, Áustria.

Com representantes de cerca de 140 países, a reunião teve por objetivo discutir as práticas adotadas por países signatários da convenção para implementar estratégias e procedimentos para a recuperação e devolução de valores desviados dos cofres públicos. O caso Lava Jato foi apresentado como exemplo de sucesso na identificação de dinheiro depositado em contas bancárias no exterior e na adoção de procedimentos céleres para a devolução imediata dos valores.

O procurador da República Paulo Roberto Galvão, membro do Grupo Executivo da Secretaria de Cooperação Internacional (SCI) do Ministério Público Federal e integrante da Força-Tarefa da Operação Lava Jato, expôs em painel as estratégias utilizadas na investigação, os métodos para superar entraves à repatriação de ativos e a importância da cooperação internacional para a evolução do caso.

"Até o caso Lava Jato, apenas R\$ 45 milhões de recursos desviados do Brasil por agentes públicos corruptos haviam sido devolvidos ao Estado brasileiro. Na Lava Jato, após pouco mais de um ano de investigações ostensivas, já foram repatriados cerca de R\$ 450 milhões, e outros R\$ 940 milhões já estão bloqueados no exterior e poderão também ser

restituídos ao Brasil”, afirmou o procurador.

Segundo a procuradora regional da República Denise Neves Abade, membro do Grupo Executivo da SCI e também presente ao evento, avanços institucionais ocorridos nos últimos anos têm contribuído para o êxito do país em negociar condições para a repatriação mais ágil de valores bloqueados no exterior. “A criação da SCI permitiu que os casos de cooperação jurídica internacional fossem tratados de forma mais rápida e eficiente, permitindo negociações diretas com autoridades estrangeiras para agilização dos pedidos de rastreamento e bloqueio de contas e repatriação de ativos. O resultado disso é que o Brasil ganhou credibilidade no cenário internacional, o que facilita a resposta aos pedidos de assistência formulados”, afirmou a procuradora regional.

Dificuldades para a repatriação – O principal entrave para a repatriação de ativos brasileiros bloqueados no exterior é a demora na tramitação dos processos criminais, uma vez que os países onde estão esses recursos podem exigir uma condenação com julgamento definitivo pelos tribunais brasileiros como requisito para a devolução dos recursos.

Segundo Paulo Roberto Galvão, existem mais de dois bilhões de reais já identificados de recursos desviados da população brasileira em diversos casos de corrupção e que se encontram bloqueados no exterior, aguardando uma decisão final da justiça brasileira que pode levar mais de dez anos ou nunca vir, porque os casos acabam prescrevendo. “São necessárias mudanças urgentes na legislação brasileira para resolver essa situação”, disse.

A agilização do processo penal, a extinção de brechas da lei que permitem a prescrição dos casos criminais e a criação de procedimentos para perdimento de bens sem origem lícita são algumas das 10 Medidas Contra a Corrupção propostas pelo Ministério Público Federal que deverão permitir a devolução desses recursos ao país em menor tempo, se aprovadas. Mais informações no site [www.10medidas.mpf.mp.br](http://www.10medidas.mpf.mp.br).

Secretaria de Comunicação Social  
Procuradoria-Geral da República  
(61) 3105-6404/6408  
Twitter: MPF\_PGR  
[facebook.com/MPFFederal](https://www.facebook.com/MPFFederal)

## **PGR – Procuradoria-Geral da República**

### **MPF vai elaborar Ranking Nacional dos Portais da Transparência**

*Projeto contará com a participação de todas as unidades e pretende atingir 100% dos municípios e estados brasileiros*

28/08/2015 - Transparência nas atividades estatais como instrumento de controle social dos gastos públicos. Com esse objetivo e por meio de uma ação coordenada nacionalmente, o Ministério Público Federal (MPF) quer elaborar até o final deste ano um “Ranking Nacional dos Portais da Transparência”.

O projeto, de autoria da Câmara de Combate à Corrupção, objetiva avaliar os portais da transparência dos 5.570 municípios, 26 estados brasileiros e Distrito Federal, entre os dias 8 de setembro e 9 de outubro. O ranking nacional e os 27 rankings estaduais serão divulgados no Dia Internacional de Combate à Corrupção, celebrado em 9 de dezembro. Nessa data, a Câmara ainda anunciará o balanço das recomendações expedidas.

Metodologia – A avaliação será feita com base em questionário desenvolvido pela Ação nº 4/2015 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e Lavagem de Dinheiro (Enccla). Na elaboração, foram considerados os principais pontos das leis de transparência, como a existência dos editais de licitação e contratos na íntegra.

Cada procuradoria irá avaliar os portais dos municípios sob sua atribuição. Após o diagnóstico inicial e a divulgação do ranking, serão expedidas recomendações para que os gestores sanem as irregularidades no prazo de 120 dias. “Com isso, a atuação será feita tanto no plano jurídico, com a expedição de recomendações para correção das irregularidades, como no social, com a divulgação do ranking que demonstrará quem está, ou não, cumprindo a lei. Tudo ocorrerá em ritmo célere para atender a demanda de avaliar mais de 5.500 municípios brasileiros”, esclarece o procurador da República Eduardo El Hage, gerente do projeto.

Adequação – A partir da análise de que muitos municípios brasileiros não possuem portais de transparência que possibilitem à sociedade o acompanhamento das suas receitas e despesas, o projeto pretende fiscalizar o cumprimento das Leis Complementares nº 101/2000 e nº 131/2009 e da Lei Ordinária nº 12.527/2011 pelos entes políticos. “Apesar de existirem diversas iniciativas isoladas e pontuais no MPF e por parte de outros órgãos públicos, não se tem notícia de uma ação coordenada que abranja todo o território nacional, com a expedição de milhares de recomendações no mesmo dia, no cumprimento das leis da transparência”, contextualiza El Hage.

O coordenador da Câmara de Combate à Corrupção, subprocurador-geral da República Nicolao Dino, acrescenta que a verificação exigirá esforço coletivo. “O desafio de avaliar os municípios de todo o Brasil é enorme e demandará ação coordenada das unidades”, enfatiza.

Caso as recomendações não sejam cumpridas, serão ajuizadas ações civis públicas de forma simultânea, com o intuito de sensibilizar o Poder Judiciário sobre a relevância de os entes se adequarem às leis. “Esperamos até dezembro ter uma radiografia do país em termos de acesso à informação. Os gestores inadimplentes podem sofrer condenação por atos de improbidade administrativa e os entes políticos ficarem impedidos de receber transferências voluntárias de recursos pela União”, exemplifica Nicolao Dino.

Outra frente de ação do projeto é funcionar como instrumento de pressão para que os maus gestores iniciem ou ampliem o grau de cumprimento da legislação e de publicidade dos recursos públicos geridos.

*Secretaria de Comunicação Social*  
*Procuradoria-Geral da República*  
*(61) 3105-6404/6408*  
*Twitter: MPF\_PGR*  
*facebook.com/MPFederal*

---

**Produzido por: Secretaria de Comunicação Social - Conselho Nacional de Justiça**  
**comunicacao@cnj.jus.br | Telefone: 61 2326-5469**

---